Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul - CBH-LS – 2024

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro as 08h30min. Realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do CBH-LS, no Auditório do COMSEDER, anexo ao DER, Av. Duarte da Silveira, s/n, Torre, João Pessoa, PB. Na ocasião, será deliberado sobre a seguinte pauta: 1. Abertura; 2. Informes; 3. Aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária de 2024; 4. Oficina do Riacho Mussuré; 5. Palavra facultada e Deliberação; Encerramento. Programação da oficina sobre o Riacho Mussuré: - A abertura da oficina foi feita pela Presidente do CBH-LS e na sequência teve início a – **1ª Mesa Redonda:** a 1ª Apresentação - Diagnóstico do Riacho Mussuré (**Professora Cristina Crispim da UFPB)**; 2ª Apresentação - Diagnóstico das Outorgas de Lançamento de Efluentes na Bacia **Sra. Rosa Lins Bonifácio AESA**); - **2ª Mesa Redonda**. 3ª Apresentação - Diagnóstico das Empresas que possuem ESG nas Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba (**Sr. Francisco José Bernardino da FIEP**), a 4ª Apresentação – Depoimentos da Comunidade que convive com o Riacho Mussuré (**Ivanildo Santana Duarte 2º Secretário do CBH-LS)**; 5ª - Apresentação da Instalação e Desenvolvimento do Distrito Industrial em João Pessoa/PB (**Ieuri Rolim da CINEP**). Após a verificação de quórum, a **Sra. Ana Cristina (Presidente do CBH-LS**), informou que estava prevista uma apresentação da também da SUDEMA, solicitada através de ofício, mas que não recebeu retorno do ofício até o dia do evento, e não iria ocorrer a apresentação da SUDEMA, cumprimentou a todos desejou boa reunião e passou ao **item 2. Informes -** 1º O CBH-LS participou do Encontro realizado pelo Protocolo OGA, juntamente com diversos Comitês do Brasil para discutir sobre Governança da água; 2º Está planejado para maio de 2025/ o Fórum das águas e o Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Paraíba CBH-LS, CBH-LN, CBH-PB e PPA); 3º em conversa informal para discutir a Pauta desse Encontro, foi sugerido os Planos de Bacia já que os Planos para o Litoral Sul e Litoral Norte estão em processo de conclusão e o Plano do Paraíba está em fase de elaboração. Outro assunto é a Regionalização do Saneamento. Se alguém tiver outro assunto de relevância, pode sugerir; 4º No período 25 a 29/11/2024, vai acontecer o XVII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste e a Sra. Ana Cristina vai participar; 5º A próxima atividade será a Semana da Água que acontecerá entre os dias 25 a 29/03/2025, um dos objetivo dessa oficina foi gerar ação para a semana da Água/2025, todos são convidados a participar; informou também que todos os membros receberam a minuta de relatório do Plano de Bacia por email, e que está recebendo contribuições de todos os membros para o relatório do Plano, a reunião com o grupo que acompanha o plano irá ocorrer em 21 de novembro, na quinta, e que era preciso lavar as contribuições, e passou ao **ítem 3. Aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária do CBH-LS** que foi enviada por e-mail. O Sr. Dorgival (Representante da CSN Cimento Brasil S/A), pediu um tempo para fazer a leitura da ATA, o que foi concedido e a aprovação foi realizada posteriormente na reunião. A **Sra. Ana Cristina** fez uma breve retrospectiva das ações realizadas pelo Comitê em 2024 (1ª Reunião - Semana da Água, reunião a beira do rio Gramame, visita com os pescadores; 2ª Reunião - Demanda do Sr. Edielson para visitar o Riacho Mucatu e Popocas trabalhou-se o Plano de bacias hidrográficas e consultas públicas e na 3ª reunião houve a apresentação do plano do fundo estadual, de projetos e deliberações e encaminhamento) e passou-se ao MOMENTO DA **1ª** MESA REDONDA – a primeira apresentação sobre Diagnóstico do Riacho Mussuré **com a Professora Cristina Crispim da UFPB -** que apresentou um diagnóstico detalhado do Riacho Mussuré, abordando aspectos como a qualidade da água, a biodiversidade local e os impactos ambientais decorrentes das atividades humanas. A palestra incluiu dados coletados em campo e análises laboratoriais, proporcionando uma visão abrangente sobre a situação atual do Riacho Mussuré: caracterização, impactos e soluções. a Bacia do Rio Gramame; Importância: Abastece cerca de 70% da população da região Metropolitana de João Pessoa; Usada para pesca e irrigação, o principal curso d'água é o rio Gramame, com extensão de 54,3 km, e seus principais afluentes são os rios Mumbaba, Mamuaba e Água Boa. Tem o Riacho Mussuré como o afluente que

traz mais impactos; Agricultura realizada na porção do Alto Rio; Indústrias no Médio Rio; Esgoto doméstico não tratado em todo o rio; Acidentes industriais. Em 2018 - soda cáustica – vazamento de soda cáustica no rio Gramame foi "negligencia operacional", conclui IBAMA 2019 - Acidente Conpel rompimento de lagoa de estabilização. caracterização Riacho Mussuré O riacho Mussuré é parte da Bacia do Rio Gramame, atravessa o Distrito Industrial, recebe grande carga de efluentes industriais e deságua no rio Mumbaba, que é afluente do Rio Gramame, a jusante dos reservatórios de Gramame/Mamuaba. Apresenta-se bastante poluído e já causou acidentes letais no passado. Uma mulher morreu após cair no Riacho Mussuré. Pontos amostrais foram coletadas amostras da água de cinco estações. No córrego de Mumbaba duas estações de coleta de água a CM01 está situada a montante de lançamentos indústrias de malharias, gráfica e cerâmica e, a estação CM02, localizada à jusante deste lançamento. As estações do Riacho Mussuré, MS00 localizada, cinco metros a jusante da ponte da BR 101, estação MS01, cinco metros a montante do tributário que drena a margem esquerda do Riacho Mussuré e a estação MS01A, localizada no Paul na comunidade Mumbaba, grande quantidade efluentes industriais. Tabela com parâmetros físicos químico da qualidade das águas do córrego mumbaba e o riacho Mussuré referente ao mês de janeiro e junho de 2014; Metais pesados – concentração de metais da qualidade das águas do córrego Mumbaba e o riacho Mussuré, referente ao mês de janeiro e junho de 2014; Ecotoxicologia: Foram realizados testes ecotoxicológicos em 3 ou 4 datas distintas foram analisadas toxicidades, com mortalidade de organismos marcadores uma das vezes não foi associada a águas coloridas. Soluções: Melhorar o tratamento de efluentes nas indústrias, (têm lagoas de decantação) com processos químicos e biológicos (biorremediação) Fazer um tratamento ecológico na lagoa de recepção de efluentes que tem no Distrito Industrial (perto da AMBEV), Aplicar biorremediação ao longo do Riacho Mussuré e Riacho Mumbaba Fossas ecológicas para o tratamento de esgoto doméstico Reduzindo a carga orgânica, os riachos Mussuré e Mumbaba melhorariam sua qualidade, teriam maior capacidade de autodepuração e na sequência o Rio Gramame melhoraria Biorremediação em rios Biofilme; Fossas ecológicas; Wetlands e TEWetland. **A 2ª APRESENTAÇÃO** - Diagnóstico das Outorgas de Lançamento de efluentes no Riacho Mussuré com a Sra. Rosa Lins Bonifácio, Subgerente de Marco Regulatório e Alocação da AESA, há duas outorgas de efluentes no Riacho Mussuré: empresa AMBEV Edexco. Ambas estão vencidas A questão é bem complicada não só por conta das indústrias, mas dos esgotos domésticos o que é preciso uma conscientização enorme para que esse esgoto não seja lançado diretamente no rio. Com relação as indústrias o que tem hoje na AESA a AMBEV que está com a outorga vencida, vai ser feita uma visita no local e a outra empresa DEXCO um técnico da AESA visitou no início de 2024 e eles informaram que iam fazer uma reutilização do efluente deles, foi solicitado uma atualização do projeto de água o que ainda não foi enviado. As informações que têm é que não há mais lançamento. Quanto as outorgas ambas já foram arquivadas. Continuando passou-se ao momento de perguntas/dúvidas O **Sr. José Marinho de Lima (Representante da SEDAP)** esses afluentes que estão à margem da barragem Gramame que abastece João Pessoa estão depois da jusante, isso quer dizer que a população de João Pessoa toma água de Boa Qualidade, mas naquela região tem outros municípios que a concessionária tem postos de abastecimento no município e pergunta essa água após o tratamento da CAGEPA fica de boa qualidade para que a população tenha acesso. A Professora Cristina disse que não tem dados de avaliação da CAGEPA. Com relação a jusante da barragem Gramame logo depois da BR já é mangue/estuário, então a partir desse ponto, já não tem água para abastecimento. A água tratada da CAGEPA vinda da barragem preocupa em alguns aspectos, primeiro as análises feita na CAGEPA, imagina que não tem muita relação com metais pesados e agrotóxicos e sabe-se que cai muito coisa na barragem com relação a agricultura. A superior da bacia Hidrográfica é muito intensiva na agricultura convencional, mas a CAGEPA é que pode dar essa resposta. O **Sr. José Marinho** referiu-se à apresentação da **Sra. Rosa Lins** com relação a outorga emitida pela a AESA se no momento estão suspensas. A **Sra. Rosa Lins** respondeu que uma delas está arquivada porque a empresa faz a recirculação de água a AESA solicitou o projeto novo atualizado e a outra venceu em novembro/2024. O **Sr. Marinho** perguntou se a renovação dessa outorga a AESA vai se basear na empresa de que essa melhoria da qualidade da água pode ser lançada no rio ou faz uma verificação in loco para poder emitir essa liberação. **A Sra. Rosa Lins** disse que normalmente é feito uma visita

a empresa, a responsabilidade da análise é da própria empresa mas são laboratórios certificados, complementando a **Sra. Andrea Cartaxo** (Gerente do setor de Outorga da AESA) disse a outorga da AMBEV venceu em 14/11/2024 e não vai ser renovada, já a outra está em reuso foi dado um prazo para apresentarem documentação para a AESA mediante a justificativa arquivar ou renovar a outorga. **O Sr. Francisco José Bernardino (FIEP)** referindo-se a apresentação da **Professora Cristina** observou que onde o esgoto tem a captação no seio da família ou área urbana o índice era bem maior do que depois que ele passa pelo setor industrial pelo que visitou o riacho viu que onde ele tem uma mata ciliar basicamente onde passa no distrito industrial a parte onde existe a população, essa mata ciliar foi removida e já se pode com esses dados ver como solução o replantio dessa mata ciliar. A **professora Cristina Crispim** disse que é comum os riachos e córregos que atravessam as áreas urbanas serem desmatadas para a construção das casas, tem que se pensar que o distrito industrial a poluição é mais alta logo após as casas local que está sendo jogado o esgoto e que não são apenas as casa ribeirinhas que jogam esgoto no rio, são todos os bairros, com exceção dos bairros saneados, cinco bairros vão ser tratados na estação de mangabeira, a maior parte dos bairros não tem tratamento adequado. A professora esclareceu que segundo a CAGEPA 60 bairros vão para tratamento no Roger, sendo uma estação de tratamento muito inferior à de Mangabeira o problema é o tratamento de esgoto de forma geral. Segundo a questão dos metais pesados em toda questão da poluição mais forte e a redução de oxigênio que vem das indústrias está no valor de 13,5, enquanto em outros pontos que o Riacho Mussuré passa dentro do distrito chega a ser zero ou zero um qualquer coisa é muito baixo, então passa a ter muito mais impacto por conta do distrito o que é normal. Ficou muito surpresa ao ver que apenas duas empresas tem autorização de outorga, foi feito um levantamento das empresas no distrito industrial e eram mais de duzentas e sabe-se que elas possuem efluentes, O **Sr. Francisco José Bernardino da FIEP** disse são 322 indústrias no distrito industrial de João Pessoa/PB. A Professora Cristina, fez uma visita e viu uma lagoa de decantação, próximo da AMBEV que recebia efluentes das indústrias que deveria ser lançado no riacho Mussuré por estar mais próximo. Todos esses sistemas poderia ser melhor tratado sem orçar o meio ambiente. É preciso ter essa fiscalização. Não é só falta de conscientização da população, tem que ter soluções, porque não é só a população ribeirinha que está poluindo, depois da implantação do distrito industrial. A população passou a ser prejudicada, os pescadores que sobreviviam da pesca hoje não encontram mais peixe nos rios. Ninguém é contra a indústria tem que existir o bom senso, existe tecnologia para isso, a UFPB está aberta para fazer pesquisas, para essas indústrias para que os afluentes que estão sendo gerados tenham tratamentos adequados e não agridam o meio ambiente. O que precisa ser feito realmente é a fiscalização. Se tem empresa tem efluente seja ele qual for de construção ou doméstico porque todas têm cozinha e banheiro e tudo isso precisa ser melhorado. Nas discussões das mesa redonda o Sr. Iereu comentou que para a instalação do distrito industrial em João Pessoa foi acordada a instalação de um sistema receptor dos efluentes das indústrias, esse sistema foi construído mas não foi utilizado e foi invadido e está sendo ocupado para habitação e que a CINEP quando consultada pela AESA sobre a outorga liberava o lançamento para esse sistema, mas que havia iniciado a negar esse lançamento, pois não existe sistema receptor de fato. A Sr. Rosa comunicou que essa pode ser uma questão porque apenas 02 outorgas estavam no sistema. Após esse primeiro momento, presidente do CBH-LS informou que o jornal a união estava fazendo a cobertura do evento e que algumas pessoas poderiam ser entrevistadas, teve uma pausa de 10 min. para o cafezinho em seguida aconteceu a **Mesa Redonda 2**, **Diagnóstico das empresas que possuem ESG nas Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - Francisco José Bernardino (FIEP);** O Riacho Mussuré: Importância, Impactos e Recuperação: Localizado em João Pessoa, Paraíba, com nascente próxima ao bairro Gramame. Papel vital na drenagem de águas pluviais e ecossistema local. Contribui para a biodiversidade e conecta-se ao Rio Paraíba, próximo ao Oceano Atlântico. A bacia do riacho Mussuré ocupa 12,92km² de área, perímetro 16,03km, tem aproximadamente 5,2km de extensão. Sua área corresponde 2,2% da bacia do rio Gramame; com 322 indústrias; Principais Problemas 1. Poluição industrial: Efluentes de indústrias de alimentos, metalurgia, química, têxtil e construção. 2. Poluentes identificados: - Resíduos orgânicos, metais pesados, produtos químicos tóxicos, resíduos sólidos e sedimentos.3. Impactos: - Degradação do ecossistema aquático, contaminação do solo e riscos à saúde pública; Soluções e Iniciativas: 1.

Tratamento de efluentes - Instalação de ETEs e fiscalização rigorosa; 2. Recuperação ambiental: - Reflorestamento e proteção de matas ciliares; 3. Conscientização e educação: Campanhas de limpeza, educação ambiental e programas de monitoramento comunitário. 4. Parcerias público-privadas: Projetos conjuntos para recuperação e incentivos à sustentabilidade industrial. Conclusão: A conservação do Riacho Mussuré exige esforço coletivo entre governo, indústrias e comunidades para reduzir a poluição e restaurar o equilíbrio ecológico deixou registrado que na nova administração da FIEP através do novo Presidente Dr. Cassiano está com a preocupação de buscar parceria tanto com os Comitês órgãos governamentais para que possa mobilizar a classe industrial mostrando para eles que tem solução para os problemas e que sempre é dito que o vilão da poluição basicamente é os últimos tempos, muitas vezes a empresa joga pedras apesar de que uma daquelas relação apresentada grande parte já tem seus próprios tratamentos e já fazem o reuso da água até pelo valor de pagar pela a água não tratada e muitos setores industrial hoje tanto em João Pessoa como em Campina Grande já fazem tratamento para o reuso dessa mesma água, embora ainda não tenha um bom aproveitamento desse reuso se fosse outro tratamento ao invés de jogar no riacho fosse feito coleta em lagoa de estabilização para uso em irrigação com menos poluentes pesados, com certeza vai cada vez mais diminuir o lançamento e terá água de qualidade com localização menos impactada para poder dizer que os pescadores e agricultores vão ter condições de tirar seus sustentos cada vez melhor e mais saudáveis dessa região. Continuando passou-se a 5ª Palestra - **Depoimentos da comunidade local que convive com o riacho Mussuré - Ivanildo Santana (Escola Viva Olho do Tempo) e 2º Secretário do CBH-LS,** apresentou algumas informações de como pensar junto de como agir no impacto que o Rio Mussuré tem para no convívio com as Comunidades ribeirinhas no baixo curso do rio Gramame. O **Sr. Ivanildo** é educador social da Olho do Tempo - Escola Viva participa do Comitê a muito tempo e está usando este espaço de fala para a representatividade das Comunidades Gramame, Engenho Velho e Mituaçú que é um Quilombo. Na desembocadura do rio Mumbaba recebe todo o impacto do Riacho Mussuré junto à Comunidade Engenho Velho que está na desembocadura do rio Mumbaba que recebe todo o impacto do riacho Mussuré. Essas Comunidades são instaladas a margem do rio Mumbaba. O Riacho Mussuré nasce no Esplanada percorre cinco quilômetros até se encontrar com o Rio Mumbaba, nesse percurso do rio recebe muitos impactos inclusive o Residencial Vista Alegre que mais de seis mil casas despeja seus dejetos/esgotos no riacho e mais adiante todos os de efluentes das indústrias também são despejados nesse riacho Mussuré além de uma rede clandestina que não tem uma administração. A questão dessa rede a água hora é lilás, hora é amarela e em tese da aluna Leonia uma senhora caiu nessas águas e o socorrista puderam identificar que o produto que lá estava era corrosivo, essa senhora foi internada e faleceu e não houve nenhuma indenização. Em 2023, juntou-se uma equipe de caçadores para cuidar e limpar as macrófitas do Rio Gramame que vai para o Riacho Mussuré e deságua no Rio Mumbaba. O trabalho que está sendo feito é retirar a macrófitas do leito do rio, já conseguiram limpar mais de oito quilômetros. Essa sujeira provem do material orgânico que é levado pela maré até a parte mais salobra do rio, onde esse material acaba morrendo, tudo isso leva a pensar como diminuir esse impacto. Sugere mapear a área e fazer replantio em torno do riacho para manter a preservação. **6ª Apresentação - A Instalação e Desenvolvimento do Distrito Industrial em João Pessoa - Ieure Rolim (CINEP)** - iniciou apresentando os Órgãos Gestores das Políticas Ambientais: UNIÃO – MMA-IBAMA-ICMBIO-ANA; ESTADO — SUDEMA, AESA, Polícia Militar Ambiental; Municípios – Secretarias de Meio Ambiente, Guarda Municipal; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº 6938/81; Res. Conama nº 01/86;Res. Conama nº 237/97; Lei Estadual nº 4.033/1978 criou a SUDEMA; Lei Estadual nº 4.035/1981 Política Estadual do Meio Ambiente; Lei Estadual nº 6.757/1978 criou a SUDEMA; Lei Estadual nº 4.033/1999 Transformou a SUDEMA em uma Autarquia; Leis municipais; Código de Meio Ambiente do Município de João Pessoa de 29/12/2002. Cabedelo, Campina Grande, Patos, Bayeux, Santa Rita, Conde, Lucena e Cajazeiras. Resolução 237 do Conama de 1997 – conceito de licenciamento ambiental Procedimento administrativo, pelo qual o órgão ambiental competente; Tanto efetivas quanto potencialmente poluidoras ou que possam causar a degradação ambiental ; Conduzido por um processo de avaliação preventiva, que examina os aspectos ambientais dos projetos em 3 fases; Concepção/ planejamento, instalação e operação

para emissão das licenças; Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação é mecanismo de controle no qual o Poder Público estabelece condições e limites ao exercício de atividades. TERMO DE REFERÊNCIA: O órgão ambiental elabora um Termo de Referência - TR, que orienta a elaboração do estudo único de cada empreendimento de acordo com suas especificidades e o local proposto para sua plantação; O Termo de Referência é o instrumento orientador da elaboração de qualquer tipo de estudo ambiental (EIA/RIMA, EVA,RAS, PCA, RCA, PRAD, etc.). Tem por objetivo estabelecer diretrizes, conteúdo e abrangência do estudo exigido do empreendedor. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – APLICAÇÃO O EIA é um documento de natureza técnica, que tem como finalidade avaliar os impactos ambientais gerados por atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental; Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, que deverá contemplar os meios físico, biótico e socioeconômico (ADA, AID e AII.); Medidas mitigadoras - são aquelas destinadas a corrigir impactos negativos ou a reduzir sua magnitude; Programas de acompanhamento e monitoramento são estabelecidos pelo EIA. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) - O RIMA deve refletir as conclusões do EIA e tem como objetivo informar à sociedade sobre os impactos, medidas mitigadoras e programas de monitoramento do empreendimento; As informações devem ser apresentadas em linguagem acessível, acompanhadas de mapas, quadros, gráficos etc., de modo a que as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implantação, fiquem claras. AUDIÊNCIA PÚBLICA - A Audiência Pública (Resolução CONAMA N.º 009/87) tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito; Procedimento de consulta à sociedade, ou a grupos sociais interessados em determinado problema ambiental ou que estejam potencialmente afetados pelo projeto; Quando se tratar de EIA/RIMA, o órgão licenciador, publica o recebimento do mesmo, fixando o prazo de 45 dias para solicitação de Audiência Pública; Sempre que julgar necessário ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o órgão licenciador promoverá a realização de audiências públicas LICENÇAS AMBIENTAIS - LICENÇA PRÉVIA – LP - É concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção; Deve ser atestada a viabilidade ambiental do empreendimento, após exame dos impactos ambientais, dos programas de redução e mitigação de impactos negativos e de maximização dos impactos positivos; A Licença Prévia não autoriza o início de quaisquer obras destinadas à implantação do empreendimento, mas é a única etapa que avalia a viabilidade ambiental do empreendimento; A viabilidade ambiental expressa a adequabilidade das atividades antrópicas sobre o meio ambiente frente aos padrões de qualidade, considerando a capacidade do meio em assimilar um certo nível de alterações (impactos). O ciclo de vida dos empreendimentos e o licenciamento ambiental - LICENÇAS AMBIENTAIS - Licença de Operação - LO - A obrigatoriedade do licenciamento depende do tipo de empreendimento, porte, complexidade e impacto ambiental; O ciclo de vida dos empreendimentos e o licenciamento ambiental; Implantação de Procedimentos e Controles Operacionais Estudo de casos: BACIA DO RIO GRAMAME – classificação dos usos de acordo com as Resoluções Conama 357/05 e 430/11. Com as alterações dos corpos receptores os riachos Mussuré e mumbaba as outorgas de lançamento podem ser emitidas. O Distrito industrial de João pessoa comporta mais alguma indústria têxtil para a sub bacia do Rio Gramame. E seguiu-se para a Discussões e Interação - Após as apresentações, as mesas redondas proporcionaram um espaço para discussões enriquecedoras entre os palestrantes e os participantes. As questões sobre as práticas de conservação, políticas públicas e a importância da participação comunitária foram amplamente debatidas. A obrigatoriedade do licenciamento depende do tipo de empreendimento, porte, complexidade e impacto ambiental; O ciclo de vida dos empreendimentos e o licenciamento ambiental - Implantação de Procedimentos e Controles Operacionais *Gerenciamento de Resíduos* Sólidos; Gerenciamento de Produtos Químico; Monitoramento Ruído; Monitoramento de Odor; Monitoramento de Efluentes e Corpos Receptores; Planos de Emergência Monitoramento das emissões atmosférica. Estudo de casos: BACIA DO RIO GRAMAME – classificação dos usos; Pedra de Fogo RG Classe 01 Barragem Gramame/Mamuaba; ETA – CAGEPA Distrito Industrial de João Pessoa; Efluentes Tratados Classe 03 Distrito Industrial

de João pessoa Ribeirinhos/ FOZ Classe 02; Afluentes do Rio Gramame, Riacho Mussuré e Mumbaba. Todos os dois Corpos receptores dos Efluentes Tratados para o padrão Classe 03. Não Possuem capacidade de suporte para depurar o efluente lançado, ou seja, encontram-se permanentemente alterados. Sem qualidade ambiental. O palestrante questionou se o Rio Gramame possui capacidade de suporte para receber os efluentes tratados das Industriais. Com as alterações dos corpos receptores os riachos Mussuré e Mumbaba as outorgas de lançamento podem ser emitidas. O Distrito industrial de João Pessoa comporta mais alguma indústria têxtil para a sub bacia do Rio Gramame. O palestrante continuou falando sobre o Programa silêncio – controle da poluição sonora - Revisão da ABNT 10151/2019. Importante ressaltar que nenhuma política de adequação dos órgãos ambientais de controle da poluição sonora integrante do SISNAMA foi promovida pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA como forma de evitar a fragilização do Programa Silêncio a Nível Nacional. Dificuldades para a execução do programa silêncio pelos órgãos de controle do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente após a atualização da NBR 10151 em 2019. Verifica-se que a NBR 10151/2019 instituiu um grande avanço para a qualidade dos instrumentos utilizados nas medições dos níveis de intensidade sonoro das fontes poluidoras, garantindo a precisão das leituras quando o equipamento é submetido a operação considerada severas. Exposição à rádio, frequências no campo não ionizantes, excesso de calor e quedas. Os projetos dos equipamentos que foram aprovados atendendo a parte 2 da norma e comercializados no mercado mundial a qualidade dos instrumentos fabricados às condições de uso severo sem que ocorra perda, ou variabilidade das leituras, asseguram a confiabilidade das leituras realizadas Os equipamentos nacionais podem ser encontrados com valores bem mais reduzidos, no entanto não atendem aos critérios da IEC 61672. CONCLUSÃO: Fica evidente que os procedimentos administrativos aplicados com fundamento em Laudo Técnico com medições dos níveis de intensidade sonoro medidos com instrumentos que não atendem a IEC 61672 são nulos. Licenciamento ambiental de estações rádio base: Norma Administrativa NA - 121: Licenciamento Ambiental de estações de telecomunicações e equipamentos afins, telefonia móvel celular, ERBS, rádio, televisão, telefonia e telecomunicações em geral: Art. 4° Para fins de esclarecimento, Estação Rádio Base (ERB) é um conjunto de equipamentos destinado à prestação de serviços de telecomunicações, composto dos seguintes elementos: um sistema irradiante, ou conjunto de antenas, instalado no topo de uma torre, poste ou qualquer outra estrutura de suporte, inclusive o topo de qualquer edificação, pública ou privada; um ou mais transmissores e receptores, conectados ao sistema irradiante, através de linhas de alimentação e equipamentos afins; uma fonte geradora de energia e uma edificação metálica ou de alvenaria, destinada a abrigar os equipamentos aqui especificados. Art. 23 O Laudo Radiométrico é um parecer técnico especializado, atestando que o Sítio de Radiofrequências está ou não em conformidade com as normas técnicas ou diretrizes específicas em vigor, quando da sua instalação ou da renovação anual do seu licenciamento ambiental, conforme definido no inciso g do Art. 3º e o disposto nos artigos 23 a 28. Art. 24. Ao requerer licenciamento ambiental para instalação de um Sitio de Rádio -Frequência, os seus responsáveis legais deverão apresentar um Estudo Ambiental e Laudo Radiométrico Teórico, em caráter provisório, atestando que os níveis de exposição previstos estão em conformidade com as normas ou diretrizes em vigor, conforme estabelecido nos Anexos I e II desta Norma Administrativa. Norma administrativa 120 - SELAP - ART 1º - Esta Norma estabelece critérios e procedimentos para subsidiar a análise do processo de licenciamento ambiental de atividades de armazenamento e comércio varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool carburante, gás natural veicular e óleos lubrificantes. A Sra. **Ana Cristina** agradeceu ao palestrante. Após as palestras teve início a oficina que exigiu a participação dos membros para deliberação de ações a serem realizadas e também parcerias com os órgãos presentes a Sra. Ana Cristina agradeceu a presença de todos em especial a **AESA, FIEP, CINEP, UFPB** e passou-se ao momento dos **Desafios e Ações – A Sra. Rosa Lins (AESA)** como Desafio: lançamento irregular no Riacho Mussuré. Como ações - 1ª opção seria verificar o atendimento das condicionantes do licenciamento ambiental, sejam licenciamentos emitidos pela SUDEMA ou emitidos pela SEMAM; a 2ª Ação saber quais indústrias são licenciadas pela SEMAM ou pela SUDEMA a nível estadual e municipal; A 3ª Ação fiscalizar o efeito final após o tratamento (fiscalizar no caso de pós tratamento é coletar esporadicamente uma amostra e fazer análise para

saber se ela está dentro da legislação principalmente a Resolução 430 /2011 que rege sobre efluentes); A Ação 1 - foi colocado intensificar fiscalização posterior a emissão da licença porque a SUDEMA faz fiscalização quando vai renovar a licença. A indicação seria fazer fiscalização pontual; para quais as indústrias são licenciadas, solicitar as empresas do distrito industrial que tem outorga que para indicarem qual o destino do afluente ou se faz reuso, para tal seria criar um formulário, enviar através de ofício para as empresas responderem. A AESA tem a lista das empresas que são outorgadas. Na 2.1 seria solicitar a SUDEMA e SEMAM a relação das empresas licenciadas dentro do parque industrial como um todo, primeiro se trabalharia no entorno da bacia do Riacho Mussuré e depois as 322 indústrias. A 3ª Ação - solicitar a SUDEMA fiscalização pontuais e rotineiras e fazer campanha de cadastramento de usuários para lançamento de afluentes (para saber se há mais alguma empresa que lança afluente e que não consta no banco de dados da AESA; Solicitar a FIEP a lista com nome e endereço das indústrias do Litoral Sul como um todo de posse desses dados se pode mapear quais estão no entorno do Riacho Mussuré. A Sra. Ana Cristina disse que a lista pode ser das indústrias do Distrito industrial completo e do litoral sul completo, e que uma ação importante é campanha de cadastramento, outorga e fiscalização do uso da água para lançamento de efluentes no distrito industrial. A Sra. Rosa Lins solicitou ao Sr. Francisco Bernardino (FIEP) para interagir no sentido de solicitar a relação das indústrias que estão no entorno do Riacho Mussuré para agilizar esse trabalho, o mesmo concordou em agilizar. O Sr. Francisco Bernardino (FIEP disse que o tratamento deve ser individual porque cada indústria tem sua peculiaridade de saber o tipo de afluente que vai ser lançado (metal pesado, sedimento e etc.) e depois jogar numa unidade coletiva que faz um retratamento para poder jogar. A CAGEPA deve ser incluída para financiar porque é quem arrecada pela água que consome e pelo lançamento no esgoto. Desafio do grupo da Professora Cristina Crispim apresentou três opções 1ª Despoluir o Rio Mussuré com várias ações (1ª implantação dessas fossas individuais nas residências porque foi visto que não é só as indústrias que polui mas também as residências seja nos entorno dos bairros, seja nos ribeirinhas daquelas região, com o uso de ciclo de bananeiras, quando pra ontem, a ideia é sensibilizar as pessoas para que elas possam fazer isso. O que é preciso fazer nessa ação: Os esgotos caseiros também polui os rios; O responsável por essa ação: o Comitê através de ação de capacitação e educação ambiental; ser financiado pelo próprio FERH que já tem como proposta em seu planejamento as questões de educação ambiental. A 2ª ação – tratar o esgoto de forma coletiva com fossas ecológicas com um período maior agosto de 2025 porque precisa saber a necessidade onde pode ser individual e onde pode ser coletivo, quantas casas para dimensionar o sistema, esta ação é necessária porque nem todas as residências pode fazer localmente, já pensando em questão industriais, o responsável seria a CAGEPA pois tratar esgoto é função da CAGEPA. Outra Ação seria fiscalizar efluente de todas as empresas do distrito industrial. As 322 empresas levantadas pela FIEP, uma a uma teria que apresentar o resultado de seu afluente final, aquilo que está sendo jogado no rio seria o que até dezembro/2025. Até dezembro/2024 o Comitê deveria falar com a SUDEMA para fazer essa ação (induzir a SUDEMA a agir) e a SUDEMA teria até fevereiro de 2025 para notificar todas as empresas solicitando um relatório com as condições do seu próprio afluente, então seria Comitê de Bacia e a SUDEMA as próprias empresas que financiaria seus próprios relatórios de qualidade de efluentes. Baseados naqueles relatórios, que não tiver seus afluentes de acordo com a resolução, seria feito um desenvolvimento de pesquisa para melhorar o tratamento de afluente, nesse caso seria um processo individual, por tipologia de empresa, exemplo empresa alimentícia qual seria a melhor forma de tratamento de esgoto dessas empresas: de construção civil, de produção de plástico, de tecido e etc. e se tentar fazer pesquisa pelo menos com cada uma dessas empresas, antes de fazer o desenvolvimento da pesquisa que seria consequência dessa lista, será listada as empresas que estão ou não em conformidade com a Resolução. Aquelas empresas que estão em conformidade, seu efluente está de boa qualidade dentro da norma 430, sem problema. Aquelas que não estão é que será desenvolvido a pesquisa para melhorar esse tratamento e também entrar com bio tratamento nos rios porque não adianta só poluir mais o rio porque ele já está muito poluído, é precisa retirar nutrientes e contaminantes desse rio, então será feito implantação de arremediação usando biofilme, talvez no segundo semestre de 2025 e o próprio ribeirinho vai ser o tutor desse sistema tomar conta, vai avisar se está tudo em ordem se precisa de manutenção, retirar o excesso

de planta se for o caso, tem o IFPB, UFPB e outras universidades que trabalham com pesquisa. Seriam as empresas e o FERH e foi proposto um Fundo de Proteção Ambiental onde algumas multas da não adequação dessas empresas seriam depositadas nesse Fundo, paralelo ao FERH para uso nas ações mais propositivas e corretivas dentro do sistema. O Segundo Desafio é sensibilizar a Comunidade par a conservação ambiental. Se entraria com Educação Ambiental junto as escolas locais da região do Distrito Industrial junto a Associações Comunidades e o Projeto Comitês nas Escola que já existe, no Comitê, isso a partir do ano letivo da escola, então precisa sensibilizar as escolas para a necessidade de eco fossas que seria através do FERH. As comunidades também seriam trabalhadas de outra maneira através de associações, em que seria apresentado as necessidades de conservação do rio e a possibilidade de fossas ecológicas. Junto as empresas seria outro desafio trabalhar cum o ESG que é a sustentabilidade entre as empresas (ambiente sociedade e governança) para que as empresas entendam a necessidade delas se adequarem as normas da ESG. Muitas empresas grandes já fazem isso, exclusivamente para pegar empréstimo em banco precisa mostrar que estão fazendo ações de ESG, falaram em ESG também para as empresas pequenas para que entendam que é um processo que envolve todo mundo se quiser chegar a sustentabilidade com a ESG e as empresas para que sejam mais proativas, mas também que haja reunião com os próprios empresários para que entendam o objetivo da sustentabilidade de forma geral associado a ESG e a necessidade de terem plano das próprias empresas e que a gestão dos efluentes devem ser gerenciado pelas próprias empresas que fazem parte de um objeto maior que é objetivo do estado e município trabalhar mais com a sustentabilidade. A **Sra. Ana Cristina** disse que na última reunião do CBH-LS tentou-se aprovar ação para trabalhar ESG na bacia, sendo apresentando levantamento de valores de contratação de consultoria para fazer as ações de capacitação junto com as empresas, mas não foi aprovado, e ação não foi enviada para o FERH, então vai trazer em outra reunião novamente. O que a professora Cristina Crispim apresentou como solução na oficina, com a execução de projetos, isso foi aprovado na última reunião do Comitê, e que era importante agendar com a Diretoria da AESA para saber quando e como pode iniciar as ações. Seria bom que as instituições/órgãos que estão presentes divulgassem o que aconteceu nesta reunião. A **Sra. Rosa Lins** enfatizou a importância da conscientização sobre o lançamento de esgotos. A **Sra. Ana Cristina** sugere a criação de um grupo de trabalho para dá continuidade as ações dessa reunião. É uma ação extra que vai além do Comitê, (FIEP SENAR, AESA e etc.) finalizado a reunião o Sr. Ivanildo Santana convida a todos para dia 08/12/2024 participar do evento que vai acontecer em Gramame a “remada do abraço” com saída da ponte do arco até a foz do rio, num percurso de 17 km. Nada mais havendo a tratar a Sra. Ana Cristina, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião/Oficina e Eu, **Ivanildo Santana Duarte (2º Secretário Geral),** lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será anexada a lista dos presentes.

MUSSURÉ

Evento discute desafios à preservação de riacho

Samantha Pimentel
samanthauniao@gmail.com

Foto: Evandro Pereira

Especialistas e autoridades se reuniram na capital para elaborar soluções de combate à poluição

O diagnóstico e a preservação do Riacho Mussuré, localizado em João Pessoa, foram tema de um encontro que aconteceu durante todo o dia de ontem, no auditório da Comseder — Cooperativa de Assistência Médica dos Servidores da Suplan (Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado) e do DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba). O evento foi promovido pela Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), em parceria com o Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul (CBH-LS), e contou com a participação de diversas instituições, pesquisadores e representantes da comunidade, em prol da construção de um plano colaborativo para melhorar a qualidade das águas e a sustentabilidade na região.

"Foi identificado que o Riacho Mussuré apresenta alguns desafios que precisam ser superados", explicou a presidente do CBH-LS, Ana Cristina Souza da Silva, que também é professora do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal da Paraíba (Deca/UFPB). Segundo ela, o evento teve o intuito de "apresentar diagnósticos sobre a situação do riacho, para que, posteriormente, possamos deliberar ações para superar esses desafios".

Para a gerente de Regulação da Aesa, Andrea Lira Cartaxo, a ocasião foi, de fato, muito importante para constatar problemas e planejar intervenções que podem ser feitas no riacho, afetado, por exemplo, pelo descarte de resíduos oriundos de fábricas da cidade. "Lá no Distrito Industrial, realmente, não há uma infraestrutura adequada para comportar os efluentes das indústrias, que são lançados diretamente no rio. Então, estamos, em conjunto com outros órgãos, tentando resolver essa questão", frisou Andrea, acrescentando que a rede atualmente presente na área precisa de manutenção, entre outros ajustes, para assegurar a preservação das águas do Mussuré.

Impactos

Representante da associação Escola Viva Olho do Tempo, Ivanildo Santana Duarte, que também participou do evento, chamou atenção para a extensão dos impactos da poluição do Mussuré, não apenas sobre sua comunidade, mas também sobre o Rio Gramame, que banha João Pessoa e outros seis municípios do estado. "As indústrias e algumas comunidades lançam esgoto e efluentes no Mussuré, que caem no Rio Mumbaba, que é um afluente importante do Rio Gramame. Então, o impacto maior fica no Rio Gramame, pois acontece, ali, o excesso de macrófitas — plantas aquáticas —, por conta da matéria orgânica, e isso 'fecha' o rio, impossibilitando a navegação e o uso pelos pescadores", relatou Ivanildo.

Já Maria Cristina Crispim, bióloga e professora da UFPB, ressaltou que é preciso reforçar a fiscalização na área para combater a degradação do Mussuré e que a instituição pode contribuir com esse esforço. "A universidade tem tecnologias e está aberta para fazer mais pesquisas, para que essas indústrias possam ter um tratamento adequado dos resíduos, dos efluentes, antes de devolvê-los para o ambiente", destacou.

Por sua vez, Francisco José Bernardino, vice-presidente do Sindicato de Doces e Conservas da Paraíba (Sindoces-PB) e membro da diretoria da Federação das Indústrias do estado (Fiep), afirmou, no encontro, que o setor industrial também se preocupa com questões ambientais e está comprometido com essa e outras iniciativas relacionadas ao tema. "Nós já fazemos parte dos Comitês de Bacias Hidrográficas e é nossa intenção solucionar os problemas que sabemos que existem. Para isso, a Federação não vai medir esforços, juntamente com seus associados, para que possamos buscar alternativas", garantiu.

Além de apresentações e mesas-redondas, o evento incluiu uma oficina, voltada à elaboração de ações estratégicas para a recuperação ambiental da bacia do Riacho Mussuré.

Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-LS

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: 4ª Reunião Ordinária do CBH-LS do ano 2024

Data: 19/11/2024

Local: Auditório do COMSEDER (ANEXO AO DER) Município: João Pessoa-PB

Poder Público Municipal						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Prefeitura Municipal de Alhandra	Edielson Nunes dos Santos			Alhandra
	S	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	Pablo Lima Santos			Pedras de Fogo
2	T	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ana Claudia Ferreira da Silva			Cruz do Espírito Santo
	S	Prefeitura Municipal de Conde	Walber Farias Marques			Conde
3	T	Prefeitura Municipal de Pitimbu	Francisco Carlos de Figueiredo Pinheiro			Pitimbu
4	T	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Pedro Henrique Caetano de Flores			João pessoa
Usuários de Água						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Agro Industrial Tabu S.A.	Mirian Flávia de Lira Miranda			Caaporã
2	T	Alpargatas S/A	Waldênio Barbosa da Silva			Santa Rita
	S	Coserminas S.A.	João Serafim Torres Filho			João Pessoa
3	T	Ana Paula Paulino de Santana	o mesmo			Pitimbu
	S	Edivaldo Xavier da Silva	o mesmo			
4	T	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA	Rodrigo Sérgio Monteiro da Paz			João Pessoa
5	T	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Otoniel Pedrosa de Alencar			João pessoa
6	T	CSN Cimentos Brasil S/A	Dorgival Ferreira da Silva Neto			Caaporã
7	T	Elizabeth Parcelamato Ltda	Thayse Silva de Moura			João pessoa
8	T	Hidromov Soluções Geológicas Ltda	Cinthya de Deus Sousa			
9	T	Joabson Santos Nóbrega	o mesmo			CONDE-PB
10	T	Usina Gitaí Ltda	Luciano Alberto Lins Filho			Pedras de Fogo
Sociedade Civil						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba - ASPLAN	Alfredo Nogueira da Silva Neto			João Pessoa
	S	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Mata da Chica	Gerli Domingos dos Santos			Conde
2	T	Associação Comunitária dos Moradores Quilombolas de Mituassu	Carlos Roberto da Paixão			Conde
	S	Associação da Comunidade Negra de Ipiranga	Reinaldo dos Santos Monteiro			Conde
3	T	Associação de Agricultores de Mata de Garabú	Washington Monteiro Cabral			Conde
	S	Associação Conde Orgânico	Daniel Wanderlei Pitsch			Conde
4	T	Congregação Holística da Paraíba - Escola Olho Vivo do Tempo	Ivanildo Santana Duarte			João pessoa
	S	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Frei Anastácio	José Carlos Ferreira de Lima			Conde
5	T	Cooperativa dos Produtores e da Agricultura Familiar da Paraíba - COOPAF	Josinaldo Francisco da Silva			Alhandra
	S	Cooperativa dos Produtores de Raízes e Tubérculos da Paraíba - RAIZCOOP-PB	Otoniel Vieira da Silva			Conde
6	T	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA-PB	José Walter Barbosa Arcoverde			João Pessoa

409

410

-	S	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Alhandra	Francicleide Pereira Silva Cavalcante			Alhandra
7	T	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA	Izaias Romario Soares do Nascimento			João Pessoa
	S	Sindicato dos Produtores Rurais de Caaporã	Dácio Martins dos Santos			Caaporã
8	T	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Ana Cristina Souza da Silva			João Pessoa
	S	Instituto ECOLIS-ECOLIS	Ícaro de França Albuquerque			João pessoa
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
Poder Público Federal						
1	T	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	Hilton Almeida de Melo Júnior			João pessoa
	S	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Luís Wagner Ferreira Guimarães			João Pessoa
Poder Público Estadual						
1	T	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Andrea Lira Cartaxo			João Pessoa
	S	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA	Talita Araújo Dias			João Pessoa
2	T	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	José Marinho de Lima			João Pessoa
	S	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMPAER	Agneto Augusto de Barros Campos			João Pessoa

411